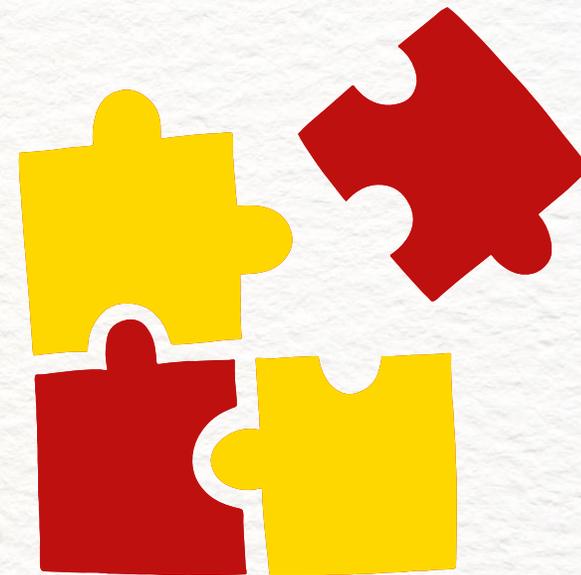


Endividamento de Minas Gerais



Origem e histórico do endividamento de MG

1897 a 'Província das Minas Gerais' recorria ao mercado financeiro para obter empréstimos para promover a consolidação do desenvolvimento.

Entre 1913 e 1928, o Estado recorreu ao mercado externo como pioneiro, tendo obtido empréstimo no mercado inglês “para o financiamento do parque ferroviário do Estado”.

Com a crise dos anos 80 os empréstimos passaram a ser internos.



Origem e histórico do endividamento de MG

Lei Federal nº 7.976/1989 – refinanciamento das dívidas externas dos estados.

Lei Federal nº 8.727/1993 – federalização das dívidas estaduais (BNDS, BB, CEF)

1982 – 1998 – Evolução da dívida do estado disparou 610,08% (Crise do petróleo)

Origem e histórico do endividamento de MG

Lei Federal 9.496/1997 – amplo “acordo” – o ovo da serpente (IGP-DI + 7,5%) - Limite de 13% da RLR – Privatização BEMGE, CREDIREAL, LIQ. MINASCAIXA, BDMG (agência de fomento).

7,5% com capitalização mensal equivale a 8,03% a/a.

1998 – Acordo da dívida: R\$9,21 bi – ao final de 1998 estava em R\$18,61 bi (TCEMG)

31/12/2010 – saltou de R\$18,61 para R\$54,84 bi – mesmo com o pagamento dos serviços.

Evolução da Dívida 2002 a ago/2023

QUADRO I

DÍVIDA PÚBLICA DE LONGO E CURTO PRAZO - 2003 A 2021 - EM BILHÕES DE REAIS*

CONTA	2002	2003	2014	2015	2018	2019	2022	2023*
LONGO PRAZO	34,7	37,7	93,7	107,4	113,8	130,5	159,3	169,10
CURTO PRAZO ¹	R\$ 3,5	R\$ 1,7	R\$ 0,5	R\$ 1,4	R\$ 7,1	R\$ 14,0	R\$ 12,9	12,00
TOTAL DÍVIDAS	R\$ 38,2	R\$ 39,4	R\$ 94,2	R\$ 108,8	R\$ 120,9	R\$ 144,5	R\$ 172,2	181,10

* Dados de 31/08/2023 extraídos do Portal da Transparência de MG - 1 - Saldo de Restos a Pagar em 31/08/2023

Evolução da Dívida 2002 a ago/2023

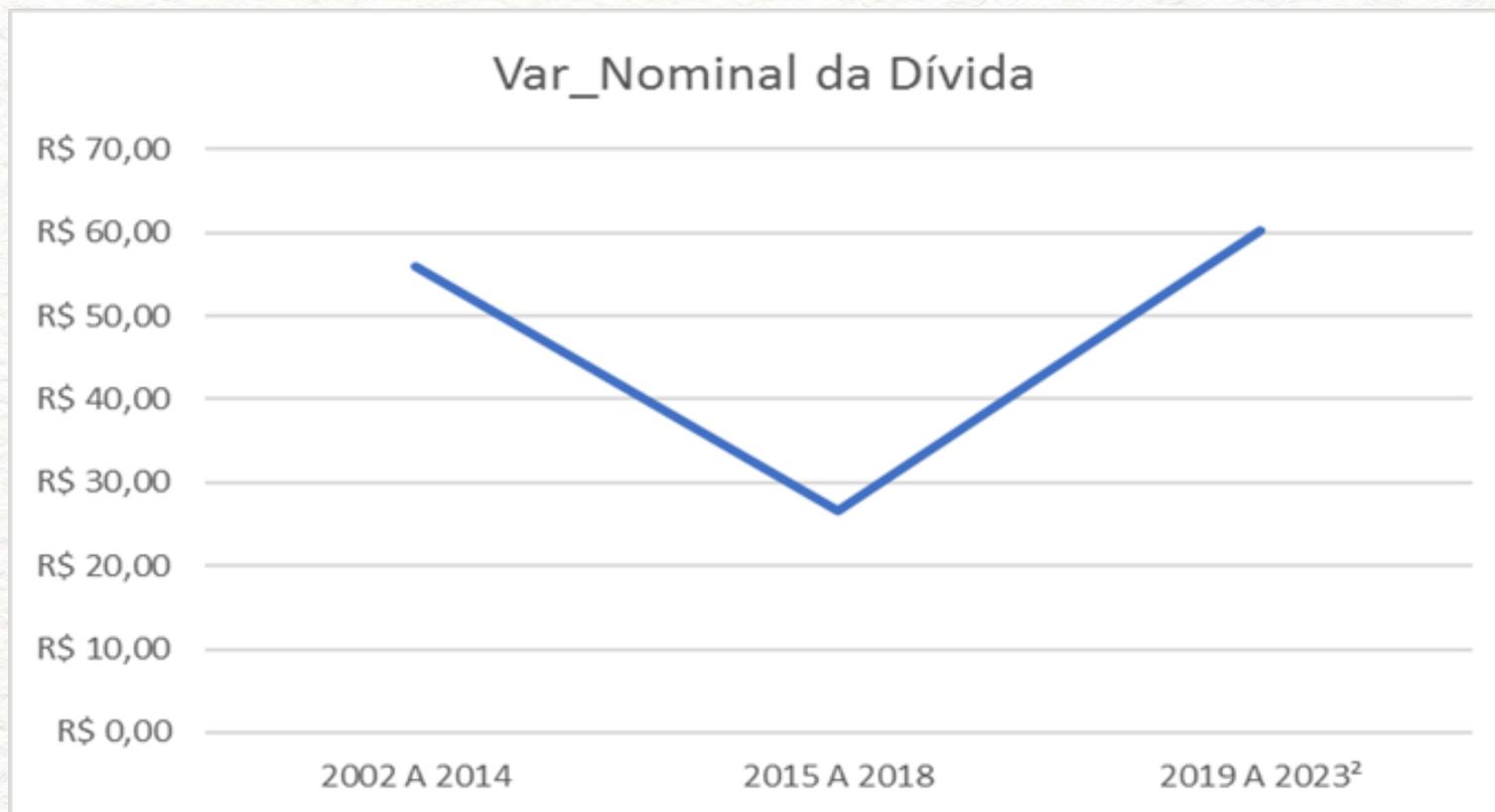
QUADRO I.1

CRESCIMENTO NOMINAL DA DÍVIDA ENTRE 2002 A 2023² - EM BILHOES DE REAIS

Evolução nominal	Variação	Governo eleito/responsável
2002 A 2014	R\$ 56,0	GESTÃO AÉCIO/ANASTASIA
2015 A 2018	R\$ 26,7	GESTÃO PIMENTEL
2019 A 2023 ²	R\$ 60,2	GESTÃO ZEMA
EVOLUÇÃO TOTAL	R\$ 142,9	GESTÕES AÉCIO/ANASTASIA/PIMENTEL/ZEMA

2 - Portal da transparência - até 31/08/2023

Evolução da Dívida 2002 a ago/2023



Evolução da Dívida 2002 a ago/2023

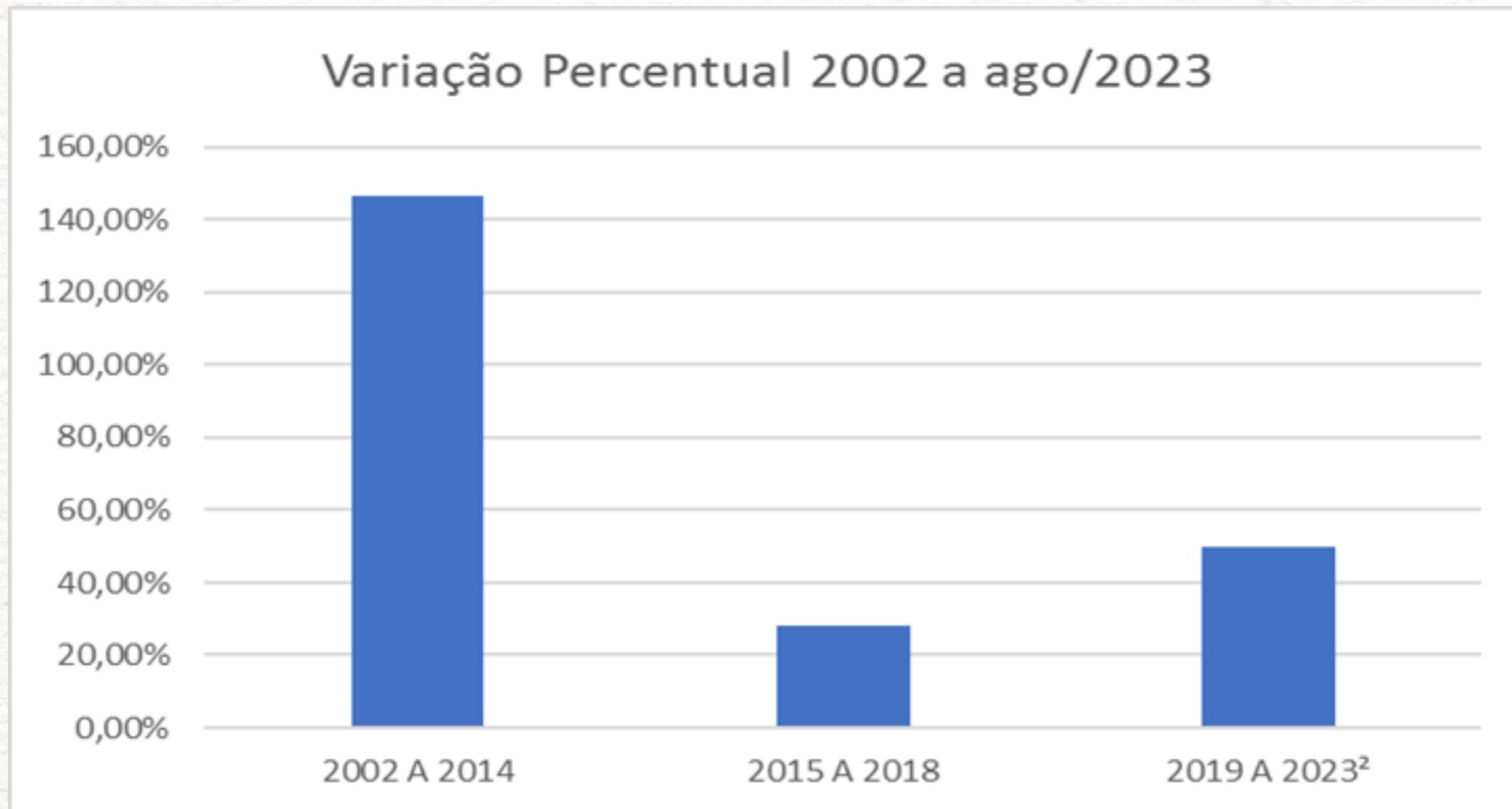
QUADRO I.2

CRESCIMENTO PERCENTAL DA DÍVIDA ENTRE 2002 A 31/08/2023

Período	Variação	Governo eleito/responsável
2002 A 2014	146,60%	GESTÃO AÉCIO/ANASTASIA
2015 A 2018	28,34%	GESTÃO PIMENTEL
2019 A 2023 ²	49,79%	GESTÃO ZEMA
VARIAÇÃO TOTAL	374,08%	GESTÕES AÉCIO/ANASTASIA/PIMENTEL/ZEMA

2 - Portal da transparência - até 31/08/2023

Evolução da Dívida 2002 a ago/2023



Evolução da Dívida 2002 a ago/2023

QUADRO I.1

CRESCIMENTO NOMINAL DA DÍVIDA ENTRE 2002 A 2023² - EM BILHOES DE REAIS

Evolução nominal e %	Var_absoluta	Var_%	Governo eleito/responsável
2002 A 2014	R\$ 56,00	146,60%	GESTÃO AÉCIO/ANASTASIA
2015 A 2018	R\$ 26,70	28,34%	GESTÃO PIMENTEL
2019 A 2023 ²	R\$ 60,20	49,79%	GESTAO ZEMA
EVOLUÇÃO TOTAL	R\$ 142,90	374,08%	GESTÕES AÉCIO/ANASTASIA/PIMENTEL/ZEMA

2 - Portal da transparência - até 31/08/2023

Evolução da Dívida 2002 a ago/2023

1999 a 2022 – IGP-DI + 7,5% = 4.030,41% - IGP-DI = 696,09% - JUROS = 509,00%

1999 a 2012 – IGP-DI + 7,5% = 929,29%

1999 A 2010 - IGP-DI + 7,5% = 684,46

2011-2014 – Pagou R\$ 16,4 bi e foi para o estoque R\$ 22,66 bi. (IGP-DI + 7,5% = 66,04%)

2015-2016 – Pagou R\$ 6,29 bi e foi para o estoque R\$ 20,46 bi. (IGP-DI +7,5% = 37,40%)

Evolução da Dívida 2002 a ago/2023

LCP 156/2016 – Alterou a Lei 9.496/1997 – refinanciamento /
dilação do prazo

LCP 148/2014 – Mudança do indexador (IGP-DI para IPCA + 4%
juros) – somente autorizou. 4% com capitalização mensal
equivale a 4,07%

LCP 151/2015 – Obrigou “A União adotará...” (IGP-DI para IPCA +
4% juros)

2016-2017 – Acordo de LCP 148/2014 – desconto de R\$ 9,50 bi – R\$
87,20 bi para R\$ 82,09 bi – retroativo a 1º janeiro de 2013.

Evolução da Dívida 2002 a ago/2023

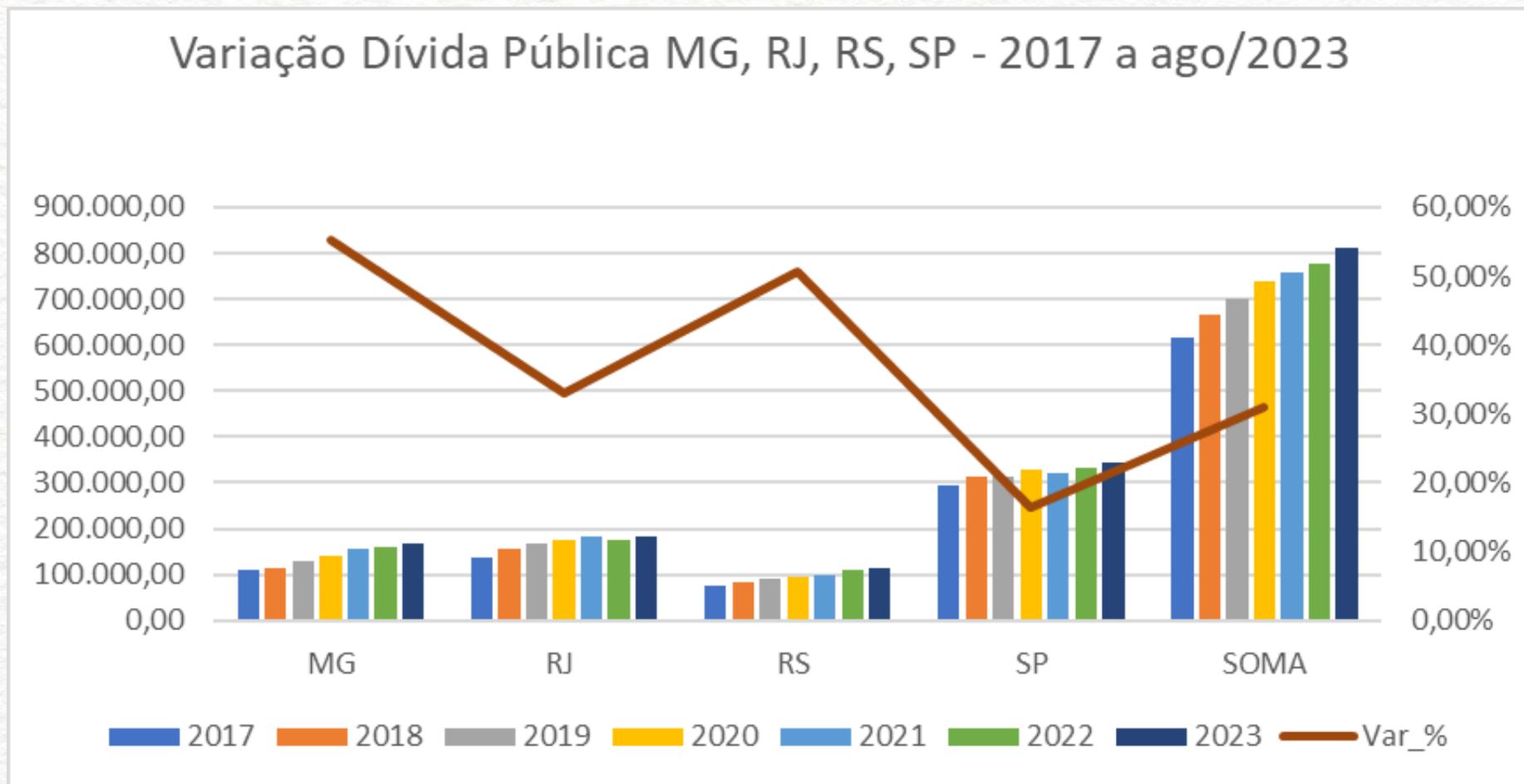
	2022	5,01%	5,78%				
	2021	17,74%	10,06%				
	2020	23,07%	4,52%				
	2019	7,68%	4,31%				
	2018	7,10%	3,75%				
	2017	0,42%	2,95%				
37,40%	2016	7,15%	6,29%				
	2015	10,68%	10,67%				
	2014	3,78%	6,41%				
66,04%	2013	5,53%	5,91%				
	2012	8,11%	5,84%				
	2011	5,01%	6,50%				
	2010	11,31%	5,91%				
386,20%	2009	-1,44%	4,31%				
	2008	9,11%	5,90%				
	2007	7,90%	4,46%				
	2006	3,80%	6,47%				
	2005	1,23%	5,69%				
	2004	12,13%	7,60%				
	2003	7,66%	9,30%				
	2002	26,41%	12,53%				
168,48%	2001	10,40%	7,67%				
	2000	9,80%	5,97%				
	1999	19,99%	8,94%				
	1998	1,71%	1,65%				
	Total IGP-DI	696,09%	365,86%				
	7,5% juros	509,00%					
	IPCA + 4% juros						

4030,41%							
2740,98%							
929,29%							
684,46%							
666,95%							
488,78%							
366,81%							

Evolução da Dívidas dos principais devedores (MG, RJ, RS e SP)

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA - 2018 A AGOSTO/2023 - EM MILHÕES DE REAIS							
ANO	MG	RJ	RS	SP	SOMA	DÍVIDA	%_PESO
2017	108.980,29	137.177,50	76.703,55	294.768,33	617.629,67	821.043,24	75,22%
2018	113.818,59	154.992,80	84.197,55	311.794,21	664.803,15	885.081,92	75,11%
2019	130.466,98	166.854,17	89.255,39	312.714,94	699.291,48	924.263,66	75,66%
2020	140.881,08	174.275,84	93.262,90	328.439,77	736.859,59	990.883,98	74,36%
2021	154.382,02	184.129,07	98.327,57	321.369,57	758.208,23	1.001.818,94	75,68%
2022	159.271,13	177.062,76	109.730,16	332.206,84	778.270,89	1.031.879,97	75,42%
2023	169.096,77	182.472,84	115.457,16	343.532,13	810.558,90	1.072.046,95	75,61%
Var_%	55,16%	33,02%	50,52%	16,54%	31,05%	30,57%	

Evolução da Dívidas dos principais devedores (MG, RJ, RS e SP)



Evolução da Dívidas dos principais devedores (MG, RJ, RS e SP)

LCP 159/2017 – RJ – 1º estado a aderir - 12/06/2017

RJ - Primeiro estado a aderir ao RRF - Junho 2017 - Em Milhões			
2017	agosto, 2023	Var_nominal	Var_%
137.177,50	182.472,84	45.295,34	33,02%

Fonte: Portal Transparência RJ

Mais de 6 anos de RRF: piora da situação fiscal, econômica e social.

Endividar nos dias atuais para jogar o peso do pagamento para as gerações futuras, só agrava ainda mais a crise fiscal, econômica e social.

“Para que o mal triunfe, basta que os bons não façam nada.”
Edmund Burke

Obrigado!

João Batista Soares
Auditor Fiscal da Receita Estadual e
Diretor do Sinfazfisco-MG